

O Ecoturismo na Ilha do Marajó

¹Indio Campos

Resumo

Em 2001, uma grande rede nacional de televisão promoveu um aclamado “reality show” na ilha do Marajó. O súbito interesse despertado deu ensejo para que algumas das já seculares fazendas da região enveredassem pelo ecoturismo. Passados alguns anos, o que parecia ser uma excelente alternativa revelou-se um retumbante fracasso e a atividade turística na ilha voltou a se restringir à recepção de veranistas provenientes de Belém. O turismo de veraneio, devido a debilidades estruturais, é incapaz de alavancar a economia local, o que remete a necessidade imperiosa de entender os entraves enfrentados pelo ecoturismo e turismo rural na Ilha do Marajó. Atrair novos fluxos de turistas requer esforços e ações definidas a partir de processos coletivos de aprendizagem, cujos resultados, embora não lineares, só são efetivos a médio e longo prazo. Um insucesso aqui traria de volta o risco de conversão das fazendas tradicionais em empreendimentos de pecuária intensiva, com sérios danos para o ecossistema da ilha.

1. Introdução

Como se não bastassem os imensos problemas ecológicos advindos da civilização moderna, de suas cidades, fábricas e avenidas com uma fome incessante por energia e recursos naturais, o século XX viu surgir um tipo novo de ameaça à natureza: o turismo em massa. Hordas imensas de deslocam todas as temporadas para as grandes mecas do turismo mundial, verdadeiros centros fordistas de lazer que cada vez mais se assemelham aos centros de tensões dos locais de origem.

¹ Dr. em Economia, Prof. de Economia da Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UPFA.

Depois da reconversão turística e padronização de destinos clássicos, como ilhas mediterrâneas, o mercado mundial redirecionou seus investimentos em busca de novas áreas, livres da concentração humana, da poluição e da mesmice em concreto. Assim, países como o Bali, Quênia, Belize, Costa Rica, Tanzânia, ilhas Seychelles, Austrália e ilhas do oceano Índico e dos mares do sul afloram sucessivamente como novos destinos, onde investimentos massivos tentam coadunar as exigências e imperativos de segurança, conforto e lazer da vida moderna com atrativos naturais mais saudáveis. Molina² nos fala até mesmo de um “novo turista”, cujo bem estar depende de praias limpas, acesso a ecossistemas de risco controlado e soluções técnicas compatíveis com o meio ambiente.

Há, claramente, dificuldades em promover tal harmonização, haja vista que a otimização dos serviços prestados pela natureza está fortemente associada à reconversão e padronização de áreas naturais, incremento de inputs de energia, maior consumo de água e outros recursos naturais e, principalmente, ao incremento na geração de lixo e efluentes nocivos ao meio ambiente decorrentes do turismo em massa.

Se, por um lado, o turismo em massa tem se revelado uma excelente alternativa de desenvolvimento para alguns países e regiões, que do contrário estariam alijadas do acesso à moderna economia global, por outro lado, os elevados custos para mitigar os problemas ecológicos dele advindos provocam um movimento sistemático em busca por investimentos em novas áreas “intocadas”, alargando em escala global o problema. O Brasil não escapa a esta expansão. Cidades como Florianópolis em Santa Catarina e Natal, no Rio Grande do Norte, para ficar apenas nestas duas, vêm acontecer em suas praias o mesmo que ocorreu em Ibiza, Mallorca e Minorca na Espanha, onde a diversidade paisagística natural é substituída pelo concreto e pelo asfalto.

Um outro fenômeno crescente no cenário internacional é o assim chamado ecoturismo³. Ao contrário do que ocorre nas formas tradicionais de turismo, a natureza aqui é a estrela principal. A própria noção de lazer assume um caráter mais contemplativo e introspectivo, não raro se convertendo numa espécie de reaprendizado ecológico interativo. Qualquer adulteração ou submissão da natureza aos padrões da vida moderna é reduzida ao mínimo indispensável. Desta forma, o

² Molina, 2001, p. 71

³ Para uma caracterização mais rigorosa de ecoturismo e formas afins, ver: Riecl, 2000, p. i3-55.

ecoturismo está frequentemente associado a estruturas produtivas, culturais e cognitivas, ou seja, às formas de interação homem\meio ambiente presentes nos mais variados ecossistemas.

Além de fornecer alojamento e alimentação, as fazendas, pequenas propriedades familiares, extrativistas, pescadores etc. constituem um milieu cultural e econômico de interação com o meio ambiente, as verdadeiras fontes de um conhecimento local interativo em evolução e à disposição de visitantes urbanos. Em contrapartida, o próprio ecoturismo\turismo rural se converte em uma alternativa econômica que, sob certas circunstâncias, pode dar uma sobrevida a estruturas econômicas em crise. Não por acaso, investimentos externos em empreendimentos ecoturísticos, carentes de elementos culturais e de uma base de conhecimento locais, buscam incessantemente promover as mais variadas formas de interação entre turistas e grupos locais. Esta forma de ecoturismo associado a estruturas econômicas locais está em franca expansão no Brasil, seja nas fazendas no Pantanal, seja nas pequenas propriedades rurais do sul do país. Na Amazônia se destacam os investimentos em resorts no entorno de Manaus e ao longo do rio Negro. O caso da Ilha do Marajó é emblemático e constitui o foco deste trabalho

Em 2001, uma grande rede nacional de televisão promoveu um aclamado “reality show” na ilha do Marajó, mais precisamente na praia de Pesqueiro e seu entorno, no município de Soure. O súbito interesse despertado deu ensejo para que algumas das já seculares fazendas da região enveredassem rumo ao ecoturismo. Passados alguns anos, o que parecia inicialmente uma excelente alternativa à pecuária extensiva revelou-se um retumbante fracasso, incapaz de atrair segmentos mais lucrativos do turismo nacional e internacional. Assim, a atividade turística na ilha voltou a se restringir a recepção de veranistas provenientes de Belém no mês de julho e nos feriados prolongados. O entendimento deste processo, visando sua superação, constitui o escopo geral deste trabalho.

2. A Expansão e Crise da Pecuária Extensiva na Ilha do Marajó

A ilha do Marajó, em seus quase 50.000 Km², apresenta dois ecossistemas bem definidos. Na porção Oeste, que corresponde a 2/3 de sua superfície da ilha, predomina a mata densa, cujos frutos são explorados por famílias caboclas (Ximenes,

1997). A reprodução familiar é complementada pela agricultura de subsistência, em regime de capoeira, e pela pesca. O terço leste, onde estão localizados os municípios de Soure e Salvaterra, predominam os campos naturais. A topografia bastante baixa faz com que anualmente boa parte destes seja inundada por vários meses. Os solos arenosos apresentam elevada salinidade devido à influência marinha, sendo impróprios ao cultivo.

A Ilha do Marajó



O terço leste foi ocupado inicialmente por missões católicas de Mercedários, Carmelitas e Jesuítas que, desde o século XVII, já praticavam a pecuária extensiva, utilizando mão de obra indígena. No século XVIII, nos tempos de Pombal, dá-se o confisco das terras das missões pela coroa portuguesa. Algumas fazendas foram vendidas a particulares. Boa parte delas foi simplesmente doada a “contemplados” agraciados pela coroa (Teixeira, 1956). Eis a origem das grandes propriedades da ilha do Marajó, vastas fazendas dedicadas à pecuária extensiva em campos naturais, cujos proprietários constituíram durante muito tempo a elite política e econômica da província do Grão-Pará, até serem desbancados pelos Barões da Borracha. O búfalo, um dos grandes, senão o maior dos símbolos da ilha do Marajó, foi introduzido em 1882. Sua rusticidade se revelou extremamente compatível não só com o ecossistema local, mas principalmente com uma pecuária tradicionalmente extensiva e de baixo investimento.

Historicamente, a sobrevivência da pecuária extensiva do Marajó esteve sempre associada ao mercado cativo representado pela cidade de Belém e seu entorno. Por séculos, nenhum outro centro pecuarista nacional esteve em condições de concorrer com a ilha do Marajó no abastecimento do mercado de Belém. Entretanto, esta situação se altera drasticamente a partir da década de 1960, com as fortes mudanças em curso na região amazônica.

Na década de 1960 a margem esquerda Rio Araguaia, no sudeste paraense, torna-se a nova fronteira interna de expansão da pecuária no Brasil. A assim chamada pecuária de terra sofre um novo alento nos anos 70, quando projetos agropecuários na região passaram a ser fortemente incentivados pela SUDAM, com o intuito de torná-la uma grande exportadora de carne, contribuindo para a geração de superávits na balança comercial brasileira. Infelizmente, a estratégia veio a naufragar em problemas fitossanitários. Sem o controle efetivo de doenças como a febre aftosa, a região estava efetivamente alijada do exigente mercado internacional. No front interno, as longas distâncias geográficas, bem como o baixo padrão zootécnico tornaram a pecuária da terra firme pouco competitiva no grande mercado nacional do Sudeste, abastecido mormente pelo próprio Sudeste e Centro-Oeste. Ao sudeste paraense restou, pois, alguns segmentos do mercado nordestino e ... , já nos anos 1990, o mercado regional.

Nos vinte anos compreendidos entre 1974 e 1994, o rebanho paraense saltou de 1.377.655 para 7.539.452 cabeças, o que equivale a um incremento de 547 %. Neste mesmo período, o rebanho marajoara permanece estável, em torno de 500.000 cabeças. Sua participação relativa no rebanho do Estado despenca de 38,13% para meros 6,86 % (Ximenes, 1997). Dados do IBGE revelam que na década seguinte o ritmo de expansão da pecuária paraense sofre uma redução significativa, porém ainda se expande em 88 %. No mesmo período, o rebanho da ilha do Marajó se retrai em cerca de 30 %.

Curiosamente, a crise da pecuária no Marajó não resultou em fechamento ou venda de fazendas, mesmo porque seria difícil encontrar compradores. Pelo contrário, a crise assumiu a forma de uma lenta e gradual agonia, com o enfraquecimento das rendas, a diminuição do valor das terras e o empobrecimento gradativo das famílias tradicionais, sem, no entanto, levar ao encerramento de suas atividades. As razões para isto se devem ao próprio caráter extensivo da pecuária, onde os gastos monetários para custeio e investimento são de pequena monta.

Fazenda de Búfalos em Soure



Foto: autor

Sem usos alternativos para a terra, os pecuaristas simplesmente reduzem o volume de sua atividade econômica, empregando um número cada vez menor de peões, e vêem minguar sua única fonte de renda. Em algumas fazendas o absenteísmo tornou-se prática comum, onde as famílias se tornam rentistas de um patrimônio imobiliário acumulado em Belém. Já em algumas fazendas próximas de Soure e Salvaterra, assiste-se desde a década de 1980 a um esforço em complementar a renda da pecuária com prática do turismo o turismo rural. O que, no primeiro momento, parecia uma solução mágica, acabou por se revelar um caminho bastante espinhoso ao longo anos.

3. Fluxos turísticos para a Ilha do Marajó

Apesar de sua extensão territorial e enorme diversidade ambiental e cultural, a atividade turística na ilha do Marajó se concentra nas praias localizadas nos Municípios de Soure e Salvaterra muito visitadas por veranistas. Em sua maioria, os veranistas são antigos moradores locais que migraram no passado para a capital e de

lá retornam nos períodos de férias ou feriados prolongados, se hospedando comumente em casa de parentes. A estes se juntam outros veranistas de Belém, normalmente pertencentes a estratos de renda mais baixos e frequentemente reunidos em pequenos grupos familiares que alugam casas por temporada ou se hospedam em pousadas e pequenos hotéis próximos às praias. O quadro de visitantes se completa com o fluxo irregular e em menor escala de turistas oriundos de outros Estados e até do exterior.

Tabela I
Indicadores gerais dos Municípios de Soure e Salvaterra

Indicadores	Salvaterra	Soure
Área (Km ²)	870	3.051
População (IBGE, 2000)	15.118	19.957
Nº. Hotéis e Pousadas (SEPOF/DIEPI/GEDE, 1997-2003)	16	13
Total de Empresas (SEPOF/DIEPI/GEDE, 2001)	167	348
Empregos da atividade turística (RAIS, 2004)	44	34
Empregos totais (RAIS, 2004)	636	751
Percentual do emprego turístico	6,9%	4,5%
IDH Médio (SEPOF/DIEPI/GED, 2000)	0,715	0,723
PIB Per Capita (SEPOF/DIEPI/GERES, 2003)	2.098,79	2.679,13

Fonte: RAIS, Sepof. IBGE

A forte dependência do fluxo de ex-moradores e veranistas oriundos de Belém determina uma forte sazonalidade à atividade turística nos dois municípios, concentrada no mês de julho. Nos outros meses do ano, é comum a bares, pousadas, e restaurantes fecharem suas portas ou reduzir fortemente suas atividades, ocasionando desemprego e dificuldades no acesso a rendas monetárias por parte da população que presta serviços aos turistas, como a venda de lanches e refeições.

Dos 39 hotéis e pousadas existentes, apenas três são pequenas empresas formais, empregando mais de 20 funcionários⁴. Os demais são microempreendimentos onde predomina o trabalho informal temporário e o emprego de mão de obra familiar. Conforme se destaca da tabela 1, apesar de ser menor tanto em população quanto em área, o município de Soure concentra um número maior tanto de hotéis quanto de empregos formais no setor turístico. Apesar de fortemente subestimadas, por considerarem apenas os empregos formais, estes valores atestam o forte fluxo de veranistas para as praias Grande e de Joanes, ambas no município de Salvaterra, onde se concentram bares e restaurantes.

Entre os microempreendedores locais é consenso que a partir de meados da década 1990 houve um aumento no fluxo espontâneo de veranistas de Belém para Soure e Salvaterra, o que impulsionou o surgimento de novos hotéis e pousadas⁵. Em meados daquela década a viagem de barcos, partindo do centro de Belém, e balsas, partindo do distrito belenense de Icoaraci para a ilha do Marajó, passou a se dirigir ao porto de Camará, e não mais direto a Salvaterra como anteriormente. Com o último trecho sendo percorrido em vans e ônibus, o tempo total de viagem, outrora de até sete horas, foi encurtado em mais de duas horas. Entretanto, a retração do fluxo de veranistas três a quatro anos depois parece desmentir aqueles que vêem na precariedade dos meios de transporte o maior empecilho ao desenvolvimento do turismo na ilha do Marajó, pois, após esta mudança, as condições de transporte se mantiveram inalteradas. Então por que se deu novamente uma retração do fluxo de veranistas em fins dos anos 1990?

Em meados dos anos 1990, observou-se também um incremento do fluxo de veranistas de Belém para outros destinos próximos, como as ilhas de Outeiro e Cotijuba, a exemplo de Soure/Salaterra. E o mesmo fenômeno de retração foi observado nos anos seguintes. Os três destinos têm em comum o fato de atraírem um fluxo de turistas de Belém com níveis de renda mais baixos⁶. Assim, o maior ou menor fluxo de veranistas a estes destinos está fortemente relacionado a flutuações nos níveis de renda da população de Belém em Geral. Em anos de crescimento econômico e/ou com fortes ganhos de renda para as camadas com níveis de renda

⁴ Em recente visita a estes empreendimentos constatou-se uma forte retração de suas atividades no últimos anos, estando um deles em fase pré-falimentar.

⁵ Cerca de 60% dos hotéis e pousadas entrevistadas foram criadas após 1995.

⁶ Turistas com nível de renda mais baixo aqui estão relacionados àqueles estratos de renda que permitem a prática do turismo. Não necessariamente pertencem aos estratos de menor renda da população em geral.

mais baixos, como nos primeiros anos após o plano real, observa-se um incremento do fluxo de veranistas para estes destinos e vice e versa.

Praia Grande de Salvaterra



Foto: autor

O crescimento econômico do país como um todo a partir de 2004, e de Belém em particular, aliado a uma melhor distribuição de renda⁷, não teria como efeito o aumento do fluxo de turistas belenenses para estes destinos? A resposta deveria ser sim. Efetivamente, levantamentos recentes em Cotijuba e Outeiro a partir de entrevistas com microempreendedores locais confirmam esta tendência nos últimos anos, porém de forma muito mais gradual do que o estouro observado logo após a implementação do plano real nos anos 1990. O mesmo foi constatado entre os microempreendedores entrevistados na ilha do Marajó

Assim, o fluxo de veranistas de Belém para a ilha do Marajó apresenta uma evolução muito lenta e concentrada em um pico anual no mês de julho. Conclui-se, portanto

⁷ O pressuposto é de que o processo de descontração de renda observado no Brasil nos últimos anos também tenha ocorrido no Estado do Pará.

que, embora constitua a principal fonte de renda turística de Soure/Salvaterra, o fluxo espontâneo de veranistas de menor renda de Belém apresenta limites bem claros e definidos, não estando apto a promover um maior dinamismo no turismo e na economia da ilha do Marajó.

O que dizer então dos empreendimentos maiores e mais sofisticados em Soure e Salvaterra, focados em clientes de estratos de renda mais elevados? Constatou-se, nos levantamentos de campos, que o que ocorreu entre os microempreendimentos, não se repetiu entre os três maiores hotéis de Soure/Salvaterra. Todos enfrentam sérias dificuldades perante a queda contínua da demanda nos últimos anos. Aqui valem duas considerações. Primeiramente, as classes de renda mais elevada de Belém, os possíveis clientes destes empreendimentos, ao melhorarem seus níveis de renda, tendem a se dirigir a locais “mais nobres”, como as praias oceânicas de Salinas ou outros destinos no país. Assim, em anos de vacas gordas, incrementos de renda destas camadas não necessariamente implicam em aumento de seu fluxo para Soure/Salvaterra. Conclui-se que o fluxo espontâneo de veranistas de Belém pertencentes a estratos de renda mais elevados é igualmente incapaz de dotar o setor turístico do Marajó de um maior dinamismo.

Em segundo lugar, as pousadas e hotéis mais sofisticados de Soure e Salvaterra são mais dependentes de um fluxo regular de turistas, para além do pico de demanda no mês de julho advindo de Belém. Trata-se aqui de um fluxo de turistas de nível de renda mais elevado, proveniente de outros Estados e até mesmo do exterior, que buscam na Ilha do Marajó outros atrativos que não meros “resorts para veraneio”, tão acessíveis em praias alhures na bela imensidão do litoral brasileiro. A esta demanda denominamos fluxo induzido de turistas. Este sim apresenta potencialidades muito maiores, quando comparada ao fluxo espontâneo de Belém, exatamente por não ter limites estruturais. Este sim poderia colocar o setor turístico da Ilha do Marajó em um novo patamar, por depender apenas de sua capacidade de atração de turistas. Infelizmente, esta é exatamente a demanda que mais se tem retraído nos últimos anos. A compreensão deste fenômeno nos remete a outro segmento do turismo na Ilha do Marajó, a saber, o turismo Rural.

4. A Ilha do Marajó na Rota do Turismo Rural

De um modo geral, assiste-se nas últimas décadas, pari-passu ao processo de urbanização, isolamento humano e degradação ambiental típicos dos grandes centros

urbanos, a uma revalorização da natureza e dos elementos do tradicional modo de vida rural. Manifestações culturais, (como danças, músicas, jogos, festas religiosas e festivais), se somam a produtos artesanais, (como bebidas, comidas típicas e peças artesanais), a formas mais rudimentares de trabalho, (como o emprego de animais de tração e transporte), e a recursos naturais associados a espaços rurais, formando um conjunto de valores buscados pelo segmento de turismo rural (Froehlich e Rodrigues, 2001).

Praia do Pesqueiro - Soure



Uma variante próxima do turismo rural é o assim chamado ecoturismo, definido pela Organização Mundial do Turismo como a forma de turismo cuja motivação principal é a observação e apreciação da natureza ou das culturas tradicionais dominantes em áreas naturais (OMT, 2005). Segundo Graziano da Silva (2001) o turismo rural integrado a outras atividades tem um papel de grande importância na promoção do desenvolvimento local, revitalizando as áreas rurais através da criação de novas atividades no campo, empregos, infraestrutura entre outros. Seu grande mérito e papel transformador residem exatamente em dar novo fôlego a estruturas produtivas e

revalorizar agroecossistemas tradicionais, que, de outra forma, estariam fadadas ao desaparecimento, quando confrontadas com novas técnicas produtivas. Em muitas regiões do Brasil este tipo de turismo, quer contemplativo, quer esportivo, tem sido associado a técnicas de preservação da natureza

Nada mais adequado à prática do turismo rural que a ilha do Marajó, que, nas palavras de Martins "... apresenta uma diversidade natural muito rica em várias espécies vegetais e animais, além da diversidade da paisagem possibilitada pela alternância entre períodos de chuva e seca. A diversidade cultural originada pela miscigenação entre índios, negros e colonos europeus é observada nas festas tradicionais de santo, nas músicas e danças de carimbo e lundu, no artesanato do couro, fibra vegetal e cerâmica e nas comidas típicas, dentre outras formas de manifestação. Os elementos culturais somados ao patrimônio natural e à atividade predominante da ilha, a pecuária extensiva, compõem a exploração do turismo rural de Soure e Salvaterra. As atividades da fazenda e todo o ambiente em que ela está inserida são transformados em atrativos turísticos" (Martins, 2005).

Embora os relatos sobre a visitação de das fazendas do Marajó sejam bem antigos, sua exploração comercial teve início nos anos 80, fruto da parceria entre uma agência de turismo de Belém, dois hotéis de Soure e duas fazendas pioneiras: Fazenda Alacilândia e Fazenda Providência. Entre as atrações constavam demonstrações de ordenha e passeios de carroça e a cavalo. Em fins dos anos 1980, com o fechamento da agência de turismo de Belém, que coordenava este arranjo institucional, o turismo rural na ilha do Marajó sofre seu primeiro revés (Martins, p.22, 2005).

O processo reinicia em 1990, quando, por iniciativa própria e sem a participação de agências de viagens, uma fazenda estabelece uma parceria com hotéis locais oferecendo atrações para visitas diárias. Uma inovação ocorre em 1998, quando uma fazenda em Salvaterra, além de programações para visitas diárias, passa a oferecer diretamente hospedagem a seus turistas. Em 2000 uma terceira fazenda adere ao turismo rural e em 2003 eleva-se para seis o número de fazendas se dedicando a esta atividade, sendo cinco em Soure e uma em Salvaterra . A parceria com novas agências de turismo de Belém é restabelecida. Naquele ano, já eram oito as agências de turismo que passaram a ofertar pacotes também para as fazendas de Soure e Salvaterra. Além dos serviços de hospedagem, o portfólio de produtos das fazendas englobava cavalgado com búfalos e a cavalo, participação nas lides do campo,

passeios por trilhas ecológicas, passeio e pesca de canoa, observação de animais silvestres e atividades culturais e gastronômicas (Martins, p. 23, 2005).

A partir de 2000, a PARATUR, órgão estadual gestor do turismo, passa a atuar na região com o Programa de Diversificação da Oferta Turística e a ilha do Marajó é erguida à condição de pólo regional de ecoturismo. Em parceria com o SEBRAE, são promovidas localmente diversas atividades que culminaram em 2002 com a criação da Associação de Turismo Rural da Ilha do Marajó - ATURMA - envolvendo sete associados entre fazendeiros e empreendedores do segmento hoteleiro. Dentre suas atribuições constavam disposições gerais para promover o turismo rural na ilha do Marajó, que, na prática se resumiam a duas: a) pressionar o Governo Estadual para melhorar o sistema de transporte de Belém para a ilha do Marajó e b) realizar campanhas promocionais e de divulgação da ilha do Marajó nos principais mercados turísticos, em parceria com as agências de Belém.

A ATURMA parecia ser o arranjo institucional que faltava para promover o turismo sustentável com atividade complementar capaz de salvar a pecuária extensiva em crise, quando fazendeiros se tornam empreendedores e, junto a outros empresários do setor turístico, tomam as rédeas do desenvolvimento local na ilha do Marajó. No entanto, o funcionamento da ATURMA desde o princípio foi marcado por desavenças. Conflitos entre fazendeiros sempre foram uma marca indelével na história da ilha do Marajó, envolvendo gado, terras e principalmente as rédeas do poder político local. Agregar velhos inimigos em torno de um objetivo comum constitui tarefa das mais penosas, limitando a adesão de novos associados.

Passadas a primeiras reuniões sob a chancelaria da PARATUR e do SEBRAE, a associação tendeu ao esvaziamento, ainda mais quando, a partir de uma contingência histórica, se dissemina a opinião geral entre os associados de que a mesma já era supérflua. Nas razões do aparente sucesso do turismo rural no Marajó a partir de 200, parece residir o fracasso dos anos posteriores.

“No Limite”, o “reality show” realizado em 2001 em Soure e exibido nacionalmente por uma rede de televisão, colocou a ilha do Marajó no circuito turístico brasileiro. Nos anos seguintes, tanto Soure como Salvaterra acolheram um fluxo de turistas sem precedentes em sua história, oriundos de outros Estados brasileiros em busca de emoções vivenciadas à distância pela televisão. Melhorias nas condições de acesso, profissionalização dos serviços, melhorias nas instalações, campanhas publicitárias

de divulgação e até mesmo a própria ATURMA pareciam repentinamente ter se tornado supérfluas perante a prosperidade geral.

Na prática, a ATURMA rapidamente deixou de existir sem deixar um legado tão necessário a atividade turística na ilha do Marajó. Em poucos anos, o fluxo de turistas de outros Estados para as fazendas do Marajó cai vertiginosamente, na velocidade com que o próprio “reality show” que lhe deu origem cai no esquecimento público em geral, a ponto de estancar quase que totalmente no biênio 2007/8. Instalações de hospedagem no meio rural foram fechadas e as visitas às fazendas voltaram a ter um caráter esporádico, como antes nos anos 80.

5. As Razões do Fracasso

Tanto a pequena expansão do fluxo externo de turistas, nos anos 1980, quanto a sua retomada a partir de fins dos anos 1990 estiveram associados a parcerias com agências de turismo em Belém e a uma política mais agressiva de divulgação nacional do potencial turísticos de da Ilha do Marajó com o fito de atrair novos turistas. Passada a euforia do “reality show”, a interrupção destes esforços deixou um hiato, cujo corolário lógico foi a interrupção do fluxo de turistas para as Fazendas. Este movimento foi acompanhado igualmente pela conseqüente queda no movimento dos hotéis mais sofisticados de Soure e Salvaterra.

Vale lembrar que o turismo rural na ilha do Marajó atua num segmento bastante competitivo do mercado nacional, onde se destacam entre outras, as fazendas de café no interior paulista, as fazendas de leite de Minas Gerais, as fazendas de cacau do sul da Bahia, as fazendas do Pantanal e o ecoturismo em Bonito/MT, para citar apenas as os exemplos mais conhecidos. Vale salientar aqui que boa parte do sucesso turístico destes empreendimentos regionais se deve a proximidade com os maiores e mais ricos centros urbanos do país. A força do ecoturismo no município de Brotas, próximo à capital paulista, e do turismo rural na serras gauchas próximas a região metropolitana de Porto Alegre servem aqui de argumentos irrefutáveis, onde natureza, empreendedorismo turístico e a demanda turística de grandes centros urbanos se combinam de forma extremamente positiva.

Entre os fazendeiros, saudosos de um tempo de fartura, resta culpar o governo pela falta de investimento em infraestrutura de transportes. Inegavelmente, a modernização dos meios de transportes de Belém para a ilha do Marajó em muito contribuiria para

incentivar o fluxo de turistas. Embarcações mais rápidas e confortáveis, capazes de substituir o caro transporte aéreo não regular, bem como melhorias da logística e na infraestrutura portuária, facilitariam em muito a vida do turista. Muito provavelmente estas medidas tornariam o turismo em Marajó mais competitivo na disputa pelo fluxo espontâneo de turistas de Belém nos picos das férias de verão. Entretanto, isoladamente esta medida teria reduzido efeito sobre o fluxo induzido de turistas para a ilha do Marajó.

Praia Grande de Salvaterra, com Farol e Soure ao Fundo



Foto: autor

Os empresários do setor hoteleiro, que se juntam a esse coro, parecem não perceber que o sucesso de sua atividade depende menos do fluxo espontâneo de turistas em busca de um resorts na beira da praia e mais do fluxo induzido de turistas. A notoriedade passageira da ilha do Marajó no início da década de 2000 abortou uma iniciativa, que concretamente poderia desaguar em processos locais de aprendizagem. Atrair novos fluxos de turistas, como quaisquer outros objetivos em outros setores da economia, requer esforços e ações definidas a partir de processos coletivos de aprendizagem, cujos resultados não necessariamente são lineares.

Erros e acertos são elementos constantes em qualquer estratégia empresarial. A estratégia de simples divulgação isolada de hotéis e pousadas da ilha do Marajó em páginas da Internet tem surtido resultados muito abaixo do deslumbrante potencial turístico do entorno social e natural que estão inseridos. No ramo do turismo, divulgação de potenciais turísticos jamais pode ser confundido com a efetiva atração de fluxos turísticos.

Enquanto resorts de veraneio, os hotéis e pousadas da ilha do Marajó sempre terão dificuldades em atrair um fluxo induzido, por competirem com outros destinos mais acessíveis ao grande fluxo de turistas no Brasil. Seu mercado se limita ao fluxo espontâneo e sazonal de Belém. Enquanto resorts que podem associar ao veraneio outras atrações rurais e ecológicas da ilha do Marajó, estes empreendimentos dispõem de um condição impar no Brasil. Um modelo de dinamização do turismo na ilha do Marajó jamais poderá passar ao largo desta singularidade, o que, por si só, determina a que hotéis e fazendas sejam parceiros estratégicos num empreendimento, onde agências de viagens e iniciativas dos governos municipais e estadual são bem vindos.

Bibliografia

ALMEIDA, Joaquim A. & RIEDL, Mário, Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento, Bauru, S.P., EDUSC, 2000.

GRAZIANO da SILVA et al, Turismo Rural em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil, in: ALMEIDA, J. A., FROEHLICHE, J. M. & RIEDL, M. R. (org.), Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Campinas, Papirus, 2001.

FROEHLICH, J. M & RODRIGUES, I., Atividade Turística e Espaço Agrário: considerações exploratórias sobre o Município de Restinga Seca, in: ALMEIDA, J. A., FROEHLICHE, J. M. & RIEDL, M. R. (org.), Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Campinas, Papirus, 2001.

MARTINS, Geany C. Carvalho, A Dinâmica do Turismo Rural das Fazendas Pecuárias da Ilha do Marajó, dissert., NAEA/UFGA, 2005.

MOLINA E., Sérgio, Turismo e Ecologia, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2001.

OMT, Comunicados de Prensa, www.worldtourism.org , acesso 02/2005

TEIXEIRA, José F., O Arquipélago de Marajó, Rio de Janeiro, IBGE, 1953.

XIMENES, Tereza, Uma Oportunidade de Análise do Desenvolvimento Sustentável: a pecuária do Marajó, in: XIMENES, Teresa (Org), Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém, UFPA/NAEA, 1997.